

Contribuição à Definição de uma Política de
Extensão para o Curso de T.O. da UFSCar

Beatriz A. Nascimento*

Antes de tudo penso que o tema em questão, ou seja, dos setores de atendimento de T.O. em São Carlos, deva ser tratado como "elaboração de uma política de extensão". Por que? definir uma política significa definir um conjunto de ações que viabilize a consecução de um objetivo social determinado. Implica na contextualização do problema, na avaliação das forças em jogo e na definição de estratégias e de táticas. Transcende pois, em muito, à organização dos "setores de atendimento de T.O." na cidade de São Carlos ou fora dela e à divisão de trabalho entre os docentes do curso. A elaboração e implementação de uma política de extensão é o direcionamento consciente das nossas ações de extensão; sem ele ficamos à mercê das circunstâncias e da tradição. Além disso, tal direcionamento seguramente nos colocará numa posição mais favorável à realização de um trabalho que realmente beneficie à comunidade, forneça as necessárias referências ao ensino e à pesquisa e valorize o docente e a instituição que o realiza. Em se tratando de uma política de extensão universitária, há de se articulá-la com as demais responsabilidades da Universidade - o ensino e a pesquisa.

Qual deve ser então o objetivo dos trabalhos de extensão numa Universidade que se quer pública e democrática? Na minha opinião é levar para todas as classes sociais os conhecimentos nela produzidos e trazer, do contato direto com a população e a seu pedido, os problemas que as ciências e as profissões devem enfrentar. É efetivamente democratizar o produto e direcionar a produção da Universidade. Teoricamente podemos estar todos de acordo com isso e pensar que é o que sempre foi feito. De fato a Universidade tem como função explícita a produção e difusão de conhecimento útil para toda a sociedade.

Contextualizemos, então, esta realidade. Na

* Professora do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional.
DEFITO/UFSCar.

prática concreta brasileira a extensão tem sido desvalorizada (por si só não traz qualquer benefício profissional ao docente, status, etc.) e sua realização está quase sempre subordinada: ao ensino (estágios, residências) à pesquisa (quantos trabalhos são apresentados como atividade de extensão quando são criados e conduzidos segundo os objetivos da pesquisa de campo? Isto é pesquisa) e aos interesses na captação de recursos financeiros. Dessa forma a transmissão de conhecimento fica restrita, em grande parte aos alunos da graduação e pós-graduação, às empresas que compram os nossos serviços e à população universitária. A classe trabalhadora brasileira, que até hoje não tem acesso à educação superior, permanece privada dos conhecimentos que lhe permitirão gerir o próprio destino. Igualmente a produção de saber científico poucas vezes tem uma real inserção na problemática social concreta, limitando-se à reprodução de modelos estrangeiros e aos interesses individuais dos docentes. Na minha opinião a forma tradicional de extensão universitária não contempla os interesses de todas as classes, neutralizando o seu caráter público.

No caso da área da Saúde este problema fica aparentemente resolvido pela prestação gratuita de atendimento especializado. De fato este é um trabalho de extensão que pode e deve ser realizado pela Universidade, com duas ressalvas: que não se limite a ele e que ele não se limite aos modelos de intervenção oficiais. Como profissionais da área sabemos, por experiência própria e pela literatura crítica contemporânea, o quanto são conservadoras e classistas as práticas institucionais de assistência social e de saúde no nosso país. Sabemos que elas historicamente têm se limitado a reprimir e a administrar as necessidades de saúde e bem-estar da maioria da população, ao invés de efetivamente respondê-las. O profissional docente não pode simplesmente emprestar seu trabalho à essas instituições. Deve fazê-lo de maneira transformadora, já que a reflexão crítica, a historicização das práticas, a sistematização das experiências e a busca do avanço constituem elementos intrínsecos à prática do professor/pesquisador.

Por outro lado, por mais "eficiente" ou "avanzada" que nossa intervenção possa ser, a prestação de assistência atende, por definição, à uma necessidade circunscrita temporal e socialmente: à clientela que por um certo período pode beneficiar-se dos serviços de T.O. Nos conhecimentos biológicos, psicológicos, sociais, ins

titucionais e pedagógicos podem ser úteis a uma parcela bem maior da população do que a que frequenta os nossos setores, sem obviamente excluí-la. Mas há ainda mais uma razão pela qual sustento a idéia de que a extensão deva transcender o atendimento: em se tratando do oferecimento de um serviço de T.O. somos nós, profissionais, quem definimos a quem atendemos, por quanto tempo, como, com que objetivos, etc. Em outros tipos de atividades de extensão a população interessada pode definir a natureza da ajuda que espera da Universidade. Não só o Departamento "abrindo barraquinhas" do seu trabalho na cidade, mas abrindo-se também às requisições da população organizada. Adiante relacionarei alguns exemplos de atividades que gostaria de ver implementadas pelo curso de T.O. da UFSCar, no intuito de tornar mais claras estas posições.

Quanto às forças em jogo, considero oportuno que se faça uma análise detalhada da política de saúde em curso no município de São Carlos. Não me proporei a isto aqui, até porque não possuo as informações necessárias sobre o processo de municipalização dos serviços de saúde nesta cidade. Sugiro que a Comissão nos forneça esse subsídio, ainda que em linhas gerais, por escrito. À grosso modo, porém, sabemos que o poder médico local nem sequer admite a realidade multidisciplinar do trabalho em saúde e segue ignorando até mesmo a existência do terapeuta ocupacional e de outros profissionais não médicos. O caráter arcaico, pré-científico até, das instituições são-carlenses nem precisa ser recocado, nem as dificuldades que dele emanam. Tais dificuldades têm levado muitos de nós a optarem pela criação de um Centro Universitário de Atendimento. Não inválido de forma alguma tal iniciativa. Mas penso que também temos a responsabilidade de forçar a democratização da assistência social e de saúde da cidade de São Carlos.

A meu ver o momento para uma "nova investida" é particularmente oportuno pois de um lado a municipalização implica em rearranjos de poder e de outro a Reitoria que elejemos comprometeu-se a rever e a valorizar as atividades de extensão. Podemos elaborar projetos e solicitar ajuda da Reitoria para viabilizá-los. Ajuda financeira e, sobretudo, política. Vocês podem imaginar a diferença entre qualquer uma de nós tentando participar do planejamento e/ou direção de um serviço de saúde e o Reitor da UFSCar negociando junto a participação Federal no tal serviço? É óbvio que uma diferença substancial só ocorre se a Reitoria entrar, de fato, com certos caci

tes, tais como financiamento de pesquisa, material, recursos humanos, divulgação, etc. Para mim esta é a grande oportunidade de abrir a nossa participação no sistema oficial de forma mais igualitária. O professor Saad enquanto Assessor para a Área de Saúde, poderá nos ser de grande ajuda, se soubermos aproveitar sua experiência e sua influência.

Eis alguns exemplos de atividades que considero importantes de serem realizadas pelo DEFITO, em particular pelo curso de T.O. Elas têm a intuição de concretizar alguns pontos apresentados neste texto e de abrir um leque de possibilidades, que pode ser infinitamente ampliado. Quanto a mim, gostaria de me engajar em vários deles, assim que for possível (saúde, dissertação de mestrado).

1. Palestras e Cursos Curtos na Cidade sobre temas de interesse da população e da nossa esfera de conhecimento. Ex.: "loucura", "alcoolismo", "marginalidade e violência urbana", "loucura e trabalho", "escola e crianças problemáticas", "o que fazer com meu filho deficiente mental?". Pode-se abordar qualquer tema de forma popular e dessa forma levar à população o conhecimento produzido e reproduzido na Universidade. Podem ser dirigidos a públicos específicos ou não. Dessa forma podemos exercer o papel pedagógico do profissional de saúde.
2. Cursos de preparação de pessoal que trabalha com a nossa clientela: pais, professores, atendentes, auxiliares de enfermagem, etc., abordando temas específicos.
3. Cursos de reciclagem, especialização, aprofundamento, para terapeutas ocupacionais e de áreas afins. Acho importante dar cursos para T.Os., mas não só para eles.
4. Projetos para uma população específica, com período determinado de duração e que não seja atendimento de terapia ocupacional. Ex.: "Deficientes físicos de São Carlos - uma busca coletiva para problemas comuns", de 6 meses de duração. A UFSCar estaria aqui servindo de aglutinador, de instrumento de aproximação. Poder-se-ia utili

zar, se necessário, técnicas grupais para facilitar o processo de identificação e de crescimento individual e grupal.

As associações de bairro ou outras organizações populares podem solicitar à Universidade o tipo de projeto que lhes convenha. Isto é possível desde que a Federal vá até elas, através dos sindicatos, partidos, associações e movimentos e coloque a disponibilidade. Ao se articularem com a comunidade organizada da região, tais projetos vão consolidar o vínculo universidade-sociedade de forma concreta. Mas será preciso desenvolver vários projetos desse tipo para que a "sociedade" compreenda e assuma que a Universidade lhe pertence e lhe deve servir e passe, em consequência, a procurá-la.

5. Atendimento de Terapia Ocupacional tipo ambulatorial.
Na Federal, na Clínica, no "Centro de Reabilitação da UFSCar, no domicílio do cliente ou onde mais for possível e necessário.
6. Atendimento de Terapia Ocupacional nas instituições do sistema oficial de saúde da região, integrado aos demais serviços e com participação do profissional na direção dos mesmos.
7. Participação no SUDS - SC à nível de Planejamento e Coordenação de Programas.
8. Integração dos atendimentos ambulatoriais (item 5) à rede oficial de assistência.
9. Implantação de estruturas alternativas para pacientes psiquiátricos, gerido pela UFSCar e integrado ao SUDS, com recursos provenientes das duas instituições.

Penso que qualquer dessas atividades deva ser financiada à altura, elaborando-se um projeto mesmo que não seja de pesquisa, pois este permitirá uma avaliação objetiva. A pesquisa, sempre que possível deve ser feita paralelamente ao trabalho de extensão mesmo que seja de pequeno porte, pois além de facilitar o processo de financiamento, estimula a reflexão e a divulgação do trabalho realizado.

A utilização das atividades de extensão nas disciplinas curriculares pode e deve ser feita, desde que não se inverta a ordem das coisas: a extensão não e xiste para servir ao ensino, mas pode ser de grande va lia. Além disso, a partir do momento que proliferarem as atividades de extensão na cidade, os alunos serão convi dados a conhecer e/ou participar, ampliando o universo das disciplinas.

São Paulo, 10 de julho de 1989